

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RAQUEL KEIKO ARAKAVA

**Apresentação dos Estoques adotados pelas empresas do setor industrial
listadas no Novo Mercado no ano de 2010.**

Dourados/MS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RAQUEL KEIKO ARAKAVA

**Apresentação dos Estoques adotados pelas empresas do setor industrial
listadas no Novo Mercado no ano de 2010.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, para a obtenção do título de bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Cristiane Mallmann Huppes

Dourados/MS

2011

Agradecimentos

Agradeço a Deus, nosso pai. A todos que de alguma maneira contribuíram para o meu crescimento como pessoa, a minha família que é a base de toda a minha formação, aos meus colegas de turma que muito me ajudaram nessa caminhada, em especial aos meus amigos Tayane e os meninos do exercito, Luciano, Antonio Filho e Geraldo e aos professores que transmitiram a sua sabedoria para alcançar mais essa vitória em minha vida.

RESUMO

O presente estudo buscou fazer uma análise das empresas de bens industriais listadas na BM&FBOVESPA do segmento Novo Mercado no ano de 2010, para assim, identificar as formas de reconhecimento e mensuração dos Estoques, e se estão de acordo com as convergências das normas internacionais e com o CPC 16(R1) – Estoque. Foi então desenvolvida uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros publicados anteriormente sobre o assunto estudado. Em seguida houve a descrição das observações encontradas nas Notas Explicativas sobre o registro e a mensuração dos Estoques, nas empresas, objeto de pesquisa. O resultado encontrado foi que há critérios que já existiam e que continuam da mesma maneira como eram divulgados no ano de 2007 e que ainda há critérios que não foram divulgados pelas empresas da amostra em notas explicativas.

Palavras-chave: Custo dos Estoques, Critérios de Avaliação, Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 16(R1), Novo Mercado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceito de Preço Específico, PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel	22
Quadro 2 – Nome Oficial das Empresas X Nome Atribuído neste Trabalho.	30
Quadro 3 – Dados de o que devem conter além das informações obrigatórias nas ITRs, DFPs e IANs.....	33
Quadro 4 – Empresas X Aspectos.....	38
Quadro 5 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia AUTOMETAL S.A.	47
Quadro 6 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia CSU CARDSYSTEM S.A.	49
Quadro 7 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia EMBRAER S.A.....	52
Quadro 8 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia IOCHPER – MAXION S.A.	55
Quadro 9 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia LUPATECH S.A.	58
Quadro 10 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia METAL LEVE S.A.	60
Quadro 11 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia METALFRIO SOLUTIONS S.A.....	62
Quadro 12 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia ROMI S.A.....	65
Quadro 13 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.....	67
Quadro 14 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia WEG S.A.	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ano 2007 – A frequência dos aspectos analisados quanto ao estoque das Companhias.....	35
Tabela 2 – Ano 2010 – A frequência dos aspectos analisados quanto ao estoque das Companhias.....	36
Tabela 3 – Órgãos Reguladores X Convergência.....	39
Tabela 4 – Mensuração do Estoque X Convergência.....	39
Tabela 5 – Abrangência X Convergência.....	39
Tabela 6 – Forma e Critério de Valoração X Convergência	39
Tabela 7 – Escrituração pelo Valor Justo menos Custo de Venda e Reconhecimento do Estoque como Despesa X Convergência.....	40
Tabela 8 – Estoque como Penhor de Garantia X Convergência.....	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2. REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 CONCEITO DE ESTOQUE	15
2.2 OS ESTOQUES E SUA ABRANGÊNCIA	16
2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	17
2.3.1 Critérios de Avaliação – Controle	21
2.3.2 Critérios de Avaliação – Devolução de Mercadorias	24
2.3.3 Critérios de Avaliação – Preço de Venda a Varejo	25
2.3.4 Critérios de Avaliação – Tipos de inventários	25
2.3.5 Critérios de Avaliação – Custeio Real por Absorção	26
2.3.6 Critérios de Avaliação – Custo Padrão ou Método de Varejo	27
2.3.7 Critérios de Avaliação – Ociosidade e Estoque Moroso	27
2.3.8 Critérios de Avaliação – Ineficiências, quebras ou perda de produção	28
3. METODOLOGIA	29
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS	29
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	29
3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	30
3.4 OBJETO DE PESQUISA	31
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - COMPANHIA AUTOMETAL S.A.	46
APÊNDICE B - COMPANHIA CSU CARDSYSTEM S.A.	48
APÊNDICE C - COMPANHIA EMBRAER S.A.	50
APÊNDICE D - COMPANHIA IOCHPE-MAXION S.A.	54
APÊNDICE E - COMPANHIA LUPATECH S.A.	56
APÊNDICE F - COMPANHIA METAL LEVE S.A.	59

APÊNDICE G - COMPANHIA METALFRIO SOLUTIONS S.A.	61
APÊNDICE H - COMPANHIA ROMI S.A.	63
APÊNDICE I – COMPANHIA VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.	66
APÊNDICE J – COMPANHIA WEG S.A.	68

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da civilização, com pelo menos 4.000 anos antes de Cristo (a.C.), o homem se questionava em querer saber qual o tamanho de seu patrimônio, e foi com esse intuito que os pastoreios começaram a contar o seu rebanho utilizando-se de pedras, que para cada ovelha que o possuía, uma pedra o representava, assim, no final da contagem eles podiam verificar se houve um crescimento ou não de seu rebanho, fazendo assim, o que hoje a contabilidade chamaria de inventário (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

A forma como era utilizada para fazer a contagem do patrimônio, sejam através de pedras, desenhos, figuras, ou imagens representavam a fase empírica da Contabilidade, os símbolos que foram gravados no barro ou na placa de argila, são considerados como escrita cuneiforme, e ainda houve o surgimento de uma outra forma de se fazer o registro, que foi através da escrita em papiro descoberta pelos egípcios (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

Com o surgimento dos números, um desenvolvimento notório é atingido, sendo classificada como a fase lógica racional ou podendo ser até a fase pré científica da Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

“O que toda história tem mostrado é que a Contabilidade torna-se importante à medida que há desenvolvimento econômico”, ou seja, a contabilidade passou pela contagem física utilizando pedras, escrita cuneiforme, surgimento dos números, até que em 1494 foi consolidado pelo Frei Luca Pacioli o método das partidas dobradas (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 9).

A divulgação da obra que contém o método das partidas dobradas escrito por Pacioli marca o início do pensamento científico segundo Iudícibus e Marion (1999), e também marca o início da fase da Contabilidade do Mundo Moderno, onde também outros autores puderam contribuir para esse desenvolvimento, criando a Escola Contista da Contabilidade (LONGARAY e BEUREN, 2009).

Sendo assim, em 1840 que se inicia a fase da Contabilidade do Mundo Contemporâneo com a divulgação do livro de Francesco Villa, e é nessa fase que teóricos vêem a Contabilidade como uma ciência (LONGARAY e BEUREN, 2009).

Parma (1991, p.20) transcreveu do livro de Villa as primeiras argüições que se teve em relação à cientificidade do conhecimento contábil, que são:

a prova de que o conhecimento contábil é científico reside na sua forma e essência: (a) depende de uma série de raciocínios; (b) estabelece verdades gerais e eternas; (c) tem um objeto determinado; (d) tem um fim determinado; (e) pode ser analisado sob a luz da filosofia; e , (f) dispõe de metodologia própria

As ciências, de acordo com Tesche *et al.* (1991) são classificadas em dois grandes grupos: as ciências factuais e as ciências formais. Segundo o mesmo autor, as ciências factuais se subdividem em ciências naturais e ciências sociais, sendo respectivamente, uma o estudo da natureza e dos seres vivos e a outra o entendimento que o ser humano tem perante o meio em que vive. As ciências formais, segundo Longaray e Beuren (2009, p. 28) tratam de “objetos concretos e utilizam-se do método experimental para verificar seus postulados e hipóteses”.

Para Iudícibus e Marion (1999) a “Contabilidade não é uma ciência exata, mas uma ciência social” mesmo que a sua principal ferramenta seja a utilização de métodos quantitativos, pois é “a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial”.

Segundo Drummond (1995 apud LONGARAY e BEUREN, 2009) o objeto da contabilidade foi definido por Vincenzo Mazi pela primeira vez em 1923, como sendo o patrimônio, e assim, segundo Ferreira (2008) a contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio da empresa financeiramente e economicamente, ou seja, para Padoveze (2008, p.3) é “o sistema de informação que controla o patrimônio da entidade”.

No Brasil, foi a partir do desenvolvimento do mercado de capitais e da reforma bancária, na década de 70, que as companhias abertas passaram a ser obrigadas a divulgarem as demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes, obedecendo à padronização da estrutura e de apresentação estabelecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN através da Circular nº 179/72 e foi também na década de 70 que houve a promulgação da Lei nº 6.404/76 e o início do estudo sobre os princípios contábeis influenciados pela escola norte americana de contabilidade (NIYAMA, 2007).

Em 1976 a Comissão de Valores Mobiliários – CVM foi criada com o intuito de monitorar o mercado de capitais, e somente em 1993 o Conselho Federal de Contabilidade – CFC estabeleceu os Princípios Fundamentais da Contabilidade pela Resolução 750/93 (NIYAMA, 2007).

No campo contábil as entidades que mais atuam são o CFC, o Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON e a CVM contribuindo com pronunciamentos e atualizações para a contabilidade (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

O CFC tem como uma de suas prioridades a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais, por isso foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através da Resolução CFC nº 1.055/05, onde o comitê será “autônomo, democrático e independente e que deverá representar, de maneira mais ampla, os pensamentos e os interesses da coletividade em relação às normas contábeis” (CFC, 2008, p. 69).

O CPC é composto por “representantes de importantes instituições da área contábil e do mercado de capitais, participando como convidados permanentes representantes dos principais órgãos reguladores governamentais” (CFC, 2008, p. 03).

As entidades que compõem o CPC são a Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC NACIONAL, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras – FIPECAFI (CFC, 2008).

O Comitê Gestor da Convergência no Brasil foi criado a partir da Resolução CFC nº 1.103/07, com a finalidade de convergência das áreas que não são abrangidas pelo CPC, e esse será composto pelo CFC, IBRACON, CVM e o BACEN (CFC, 2008).

De acordo com a resolução CFC nº 1.055/05, o CPC

tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2008, p. 70).

O Regimento Interno do CPC estabelece que os Pronunciamentos Técnicos são conceitos doutrinários, que possuem uma estrutura técnica e são procedimentos que devem ser aplicados, e que são identificados através da sigla CPC, mais uma numeração sequencial, o sinal hífen e a denominação, como por exemplo, CPC 16 – Estoque.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Para LAKATOS e MARCONI (2000, p.139)

Um problema de pesquisa (consiste e um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos).

Diante do contexto apresentado esta pesquisa busca responder a seguinte questão: quais as alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC16 (R1), no reconhecimento e mensuração dos Estoques nas empresas industriais listadas no Novo Mercado no ano de 2010?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos é a resposta que se espera atingir a partir do problema formulado, ou seja, é o resultado esperado no final da pesquisa segundo Fachin (2002 *apud* BEUREN, 2009), e é provavelmente que se encontre objetivo geral e objetivos específicos, sendo o objetivo geral “uma ação ampla do problema” e que deverá “ser elaborado com base na pergunta de pesquisa”, já os específicos deverão “descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido” e ambos devem “manter uma coerência entre si” (BEUREN, 2009, p. 65) com base nos conceitos apresentados, a seguir são escritos os objetivos.

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por objetivo analisar possíveis alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 16(R1), no reconhecimento e mensuração dos Estoques adotados nas empresas industriais listadas no Novo Mercado, comparando as Notas Explicativas publicadas no ano de 2007 e 2010.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo uma resposta para a problemática propostos, esta pesquisa explora os seguintes passos:

- Definir as formas de reconhecimento e mensuração dos Estoques;
- Identificar as empresas do setor industrial do Novo Mercado;
- Coletar as Notas Explicativas publicadas pelas empresas;
- Tipificar nas Notas Explicativas quanto às formas de reconhecimento e mensuração do Estoque;
- Organizar e analisar a base de dados; e
- Formular um diagnóstico sobre as atuais práticas de reconhecimento e mensuração dos estoques adotados pelas empresas do setor industrial do Novo Mercado.

1.3 JUSTIFICATIVA

O CFC criou o CPC através da resolução CFC n° 1.055/05, com o objetivo de estudar, preparar e emitir os pronunciamentos contábeis, aos quais esses pronunciamentos possuem a finalidade de apresentar-nos quais são as mudanças que a convergência das normas internacionais para as brasileiras tem ocorrido com determinados assuntos da contabilidade.

Portanto o estudo desse trabalho tem como finalidade o Estoque, que é objeto de estudo de um dos pronunciamentos contábeis, o CPC 16 – Estoque, ao qual de acordo com o Termo de Aprovação foi aprovada e registrada na Ata da 35ª Reunião do CPC que foi realizada no dia 8 de maio de 2009 e de acordo com a RESOLUÇÃO CFC N°. 1.170/09 as normas do CPC 16 – Estoque passará a entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O pronunciamento técnico CPC 16 – Estoque tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil dos estoques, orientando sobre a

determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Também proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques (CPC 16 ((R1), 2010, p. 02).

Sendo assim, a escolha de se fazer um estudo sobre os estoques é pelo fato de estar “intimamente ligados às principais áreas de operação das companhias” e no caso das companhias industriais e comerciais, serem “um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira, de forma que sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício” Iudícibus *et al.* (2010, p. 72).

Diante desse fato esse trabalho irá identificar as forma de reconhecimento e como está sendo a apresentação dos Estoques nas empresas do setor industrial listadas na BM&FBOVESPA, ou seja, irá estudar, analisar e identificar se essas empresa estão de acordo com a convergência das normas internacionais.

Por haver várias empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBOVESPA, limitaremos esse trabalho as empresas de bens industriais que aderiram ao segmento do Novo Mercado e que foram listadas no ano de 2010 na BM&FBOVESPA, pois essas empresas possuem um compromisso de apresentarem com melhor qualidade as informações de suas Companhias, desenvolvendo assim, um ambiente de negociação que interessassem os investidores e valorizassem as Companhias.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo dedica-se a revisar a literatura dos aspectos que dizem respeito aos estoques, seu reconhecimento e avaliação. Além de autores que definem e explicam o que vem a ser os estoques, é feita uma descrição das exigências trazidas pela convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 16(R1) que trata do assunto.

2.1 CONCEITO DE ESTOQUE

Os estoques são os valores referentes aos bens tangíveis e intangíveis, os quais são adquiridos ou produzidos pela empresa com o propósito de venda ou pela própria utilização em suas atividades (FIPECAFI, 2010, p. 104). Ou ainda, conforme acrescentado pelo Comitê de Pronunciamento Contábil nº 16 - CPC 16 (R1) – Estoques, estoques são ativos: na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Conforme a Deliberação Comissão de Valores Imobiliários – CVM, nº 488/05 (item 72 letra “e” p. 23), os “ativos intangíveis são as marcas e patentes, e semelhantes adquiridos”. A Lei 11.638/07 (art. 179, inciso VI), define-os como “bens incorpóreos destinados as operações da companhia ou exercidos com essa finalidade”, sendo que ambas também os definem como fundo de comércio adquirido. Segundo Iudícibus *et al.* (2010) intangíveis são os bens que atendem as três definições, ser identificável, controlável e gerar benefícios econômicos futuros.

Para os ativos tangíveis, Iudícibus *et al.* (2010), classifica-os como bens visivelmente identificados. De acordo com o dicionário, tangível é o “que se pode tanger ou tocar, palpável, corpos tangíveis, real” sendo assim os intangíveis são bens não palpável, mas que agregam valor a empresa e os tangíveis são bens palpáveis, reais, que também agregam valor a empresa.

Segundo a FIPECAFI (2010, p. 104), os estoques são “itens que existem fisicamente em estoque, excluindo-se os que estão fisicamente na empresa, mas que são de propriedade de terceiros”. Os estoques, para Iudícibus *et al.* (2010, p. 73) são “itens que fisicamente estão sob a guarda da empresa, excluindo-se os que estão fisicamente sob sua guarda, mas que são de propriedade de terceiros”, ou seja, antes os itens teriam que estar dentro da área física da

empresa, hoje a empresa tem que ter a guarda (ter o direito de propriedade) desses itens para ser considerado estoque.

Antes da mudança da Lei das S.A. a contabilização de uma compra ou de uma venda de um item do estoque a terceiros, se dava ao fato da “transmissão de direito de propriedade” (FIPECAFI, 2010, p. 104). Porém, com a nova Lei há uma coincidência entre o direito adquirido anteriormente e a transferência dos riscos e benefícios futuros dos mesmos, a qual esses devem ser analisados caso a caso para que possam ser identificados (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Ainda, os estoques podem ser itens enviados para terceiros em consignação, ou seja, são encaminhados para serem analisados e submetidos a uma possível venda, e só depois será repassado o direito de propriedade ao qual permanecerá até esse momento com a empresa, pois caso a empresa receba um item de terceiros, e torna-se consignatária, esse item somente será integrado ao estoque após a sua aprovação. Os estoques podem ser também os itens que estão em poder de terceiros e que são de propriedade da empresa e que foram disponibilizados com o objetivo de armazenamento, beneficiamento, entre outros (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.2 OS ESTOQUES E SUA ABRANGÊNCIA

De acordo com o CPC 16 ((R1), 2010) os itens que compõem os estoques são os produtos acabados prontos para serem vendidos, os que estão em processo de produção e ainda, as matérias-primas e os demais materiais que serão de uso para que os produtos estejam prontos para a venda.

Ainda, conforme descrito por Iudícibus *et al.* (2010), o estoque é composto por produtos acabados, mercadorias para revenda, produtos em elaboração, matérias-primas, materiais de acondicionamento e embalagem, materiais auxiliares, materiais de manutenção e suprimento gerais, importações em andamento, almoxarifado, adiantamento a fornecedores, perda estimada para redução ao valor realizável líquido, perdas em estoque e serviços em andamento.

Os estoques podem ter vários significados, o que determinará qual a sua característica, será o tipo de empresa em que estará este estoque, como em uma empresa comercial em que será “o conjunto de mercadorias à disposição de vendas”, em uma empresa industrial que será “a matéria-prima adquirida, estando em transformação ou acabada”, ou

ainda uma empresa de prestação de serviços, onde o estoque será “o material de consumo necessário para atender a demanda do desempenho eficaz de suas atividades” (MARION, 2006, p. 278).

Segundo Iudícibus *et al.* (2010), cada empresa possui uma maneira de classificar os estoques no plano de contas, como os das empresas comerciais que são os produtos adquiridos para revenda e por sua vez será classificada em uma conta de almoxarifado. Para as empresas prestadoras de serviços que são os materiais utilizados para atender a demanda do serviço, deveriam ser em serviços em andamento, porém isso é pouco praticado nessas empresas e para as empresas industriais diversas contas devem ser utilizadas.

Os itens que estão em estoque são presumidos que:

sejam realizados dentro de um ano, ou dentro de um ciclo normal de operações, o modelo Plano de Contas apresenta o subgrupo de ESTOQUES no Ativo Circulante, classificados após os subgrupos Disponível, Clientes, Outros Créditos e Investimentos Temporários, seguindo o conceito de liquidez, sequência essa que também deve ser adotada no balanço de publicação. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 74)

Alguns itens, tais como: peças, materiais de manutenção e equipamentos de pouca duração, os quais possuem características de despesas antecipadas, também são incluídos ao estoque. As peças de reposição de máquinas e equipamentos devem ser adicionadas a conta do Imobilizado em operação. Quanto aos materiais destinados à construção ou reforma da empresa, estes devem ser classificados no Imobilizado em Andamento, já que esses materiais não possuem características de estoque que serão destinados a venda ou que serão transformados em futuras vendas (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Em resumo, dependendo da atividade da empresa, seja indústria, comércio ou prestação de serviços, os estoques terão características e tratamentos diferenciados, devendo sempre ser observado o motivo deste material ou mercadoria ser adquirido e sua utilização dentro dos processos da empresa (comercialização, transformação, uso interno).

2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para saber o custo do produto adquirido, produzido ou da matéria-prima, o custo de aquisição é a primeira informação necessária, ou seja, o valor pago pela mercadoria, ou o

custo de produção, deduzido de provisão para que possa ser ajustado ao valor de mercado, se caso esse for inferior (FIEPECAFI, 2010).

De acordo com a Receita Federal (2004):

provisões são expectativas de obrigações ou de perdas de ativos resultantes da aplicação do princípio contábil da Prudência. São efetuadas com o objetivo de apropriar no resultado de um período de apuração, segundo o regime de competência, custos ou despesas que provável ou certamente ocorrerão no futuro

Porém, a partir da Lei nº 9.249/95, art. 13, inciso I, “tornou se indedutível toda e qualquer perda estimada (denominada na legislação fiscal de “provisão”), excetuadas aquelas expressamente ressalvadas”, a qual se exclui a perda estimada para ajuste de estoque ao valor realizável líquido (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 76).

Contudo, como a Lei das Sociedades por Ações “determina que o valor dos estoques seja avaliado pelo custo de aquisição ou produção, deduzidos a perda estimada para ajuste ao valor de mercado, quando este for inferior” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 77) e a Lei nº 9.249/95 torna-se toda e qualquer perda indedutível, sendo assim, o lançamento contábil do valor dessa perda deverá ser debitado da conta de Resultado e creditado ao Lucro Líquido para se determinar o Lucro Real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Como o custo é uma base fundamental para se avaliar o estoque, quando há o reconhecimento de que o valor de mercado está abaixo do custo de produção, esse será definido como a base final de avaliação e o custo original será o valor registrado no controle dos estoques, e essa diferença entre os dois valores será contabilizada como perda estimada, sendo assim, será uma parte a qual provavelmente não será recuperada e deverá ser reconhecida no resultado do exercício em que ocorreu a perda e não no exercício em que a mercadoria foi vendida (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

O CPC 16 ((R1), 2010, p. 4) define que o estoque deverá “ser mensurado pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor”. Sendo o valor de custo os valores referentes ao “custo de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos” na fabricação do produto e o valor realizável líquido é o valor em que a empresa espera ter com a venda do produto deduzido os custos de fabricação e os gastos com a venda.

Além do custo de aquisição, os itens de estoque podem ser adquiridos, obedecendo a uma das duas cláusulas de entrega: *free on board* – FOB (posto a bordo) ou *cost, insurance and freight* – CIF (custo, seguro e frete). A primeira “atribui ao vendedor o encargo de entregar a mercadoria a bordo, pelo preço estabelecido, ficando as despesas de frete e seguro por conta do comprador, bem como os riscos até o porto de destino” (ACQUAVIVA, 2009, p. 177). A segunda “estabelece o princípio de que cabe ao vendedor a obrigação de entregar a mercadoria ao comprador, no local em que este tem seu estabelecimento ou no ponto de destino, correndo por conta do vendedor as despesas com frete e seguro” (ACQUAVIVA, 2009, p. 174). Ou seja, na aquisição de um item pela CIF o vendedor é quem tem a obrigação de pagar as despesas com frete e seguro, e pelo FOB o dever de arcar com essas despesas é do comprador, integrando o valor desta despesa no custo do estoque.

Para se obter o valor referente ao custo do estoque deverá saber qual a sua composição, para isso devemos levar em consideração que os itens adquiridos possuem datas distintas e custos unitários diferentes, e que o valor identificado na Nota Fiscal – NF da compra, inclusive os tributos a eles pertencentes, e os custos de embalagem, transporte, seguros e outros que foram incorridos adicionalmente deverão ser considerados como custo de aquisição e caso esses custos forem por conta da empresa serão debitados dos estoques. Porém, os descontos comerciais, abatimentos e outros semelhantes deverão ser deduzidos dos custos de aquisição (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

O custo de aquisição é referente ao preço pago pelo item no ato da compra, juntamente com os impostos de importação, se caso vier de outro país que não seja o país de destino, e outros tributos, com exceção dos que são recuperáveis perante o fisco (CPC 16 (R1), 2010).

De acordo com CPC 16 ((R1), 2010) os custos de transformação de estoque são os custos que possuem relação direta com os itens produzidos ou com as linhas de produção, tais como a mão de obra direta e também os custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que ocorrem para a transformação dos materiais em produtos acabados.

A diferença entre custos indiretos de produção fixos e variáveis, é que os fixos são “relativamente constantes independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas e equipamentos e os custos de administração da fábrica”, e os custos variáveis são “aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão-de-obra indireta” (CPC 16 (R1), 2010, p. 4-5).

Os gastos incorridos que forem utilizados para trazer o estoque às condições necessárias para seu armazenamento na empresa deverá integrar os custos, porém se os gastos ocorrer após a chegada do item a fábrica será classificado como custos adicionais e integrado as despesas, tais como a realocação dos itens (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Outro critério de avaliação de acordo com o CPC 16 ((R1), 2010) é entre o valor realizável líquido e o valor justo, ao qual o primeiro é a quantia líquida que a empresa espera receber após a realização de sua venda, enquanto o outro é o valor em que a empresa espera receber dessa mesma mercadoria caso seja trocado no mercado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si.

Na adoção do critério valor de mercado ou valor realizável líquido, conforme a alteração da Lei das S.A., o valor de mercado passa a ser substituído pelo valor realizável líquido, sendo a primeira a quantia estabelecida pela lei da oferta e procura e da concorrência existente, e a segunda o valor que a empresa espera obter com a venda da mercadoria menos os custos e gastos incorridos (CPC 16 (R1), 2010). Portanto o critério de apuração do estoque passa a ser “o valor do custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor”, obedecendo as subcontas existentes (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 87).

Portanto, como deverá ser feita um cálculo separadamente para cada subconta existente, a definição de valor de mercado terá para cada grupo um conceito diferente, como as matérias primas, e outros materiais utilizados na produção e almoxarifado de uso geral em que será pela Lei nº 6.404/76 o custo de reposição de um item que foi vendido no mercado e após a alteração pela Lei nº 11.941/08 o conceito de valor de mercado passa a ser o de valor justo, em que terá a mesma definição da lei anterior, porém com o acréscimo de ser um critério para mensurar o valor recuperável do estoque quando este for inferior ao custo (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para os produtos acabados e as mercadorias para revenda o valor de mercado é o mesmo que o valor realizável líquido. E para os produtos em processos há duas maneiras de se fazer o cálculo, a primeira seria definir como produto acabado e estipular o custo que realmente se levaria para que possa chegar a essa etapa, e a segunda seria decompor esse item que estaria em início de processo em matérias primas e compará-las como se fossem no mercado. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

A aplicação desse método deverá ser somente para matérias primas básica, as quais são poucas e de grande valor, e para os produtos acabados, pois para os demais itens o cálculo

torna-se inviável, pois caso seja calculado deverá ser nos itens de maior saldo na data do balanço, aos quais obterá significância em termos de valor, porém em termos de quantidade não terá (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.1 Critérios de Avaliação – Controle

Para a contabilidade a apuração e a determinação dos custos dos estoques são complexas, pois o estoque é um ativo significativo, a qual seu valor atinge diretamente a apuração do resultado do exercício, e a sua movimentação de entradas e saídas são constantes (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). As principais definições em relação aos critérios de avaliação, no que se refere ao controle interno das quantidades e valores unitários dos estoques, estão resumidas no Quadro 1:

Autor, Ano, Pág.	Preço específico ou custo específico	PEPS ou FIFO (first-in-first-out)	UEPS ou LIFO (last-in-first-out)	Média Ponderada Móvel
FIPECAFI, 2010, p. 109-111	“valorizar cada unidade do estoque ao preço efetivamente pago para cada item determinado”	“o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai”	“a Última a Entrar é a Primeira a Sair”	“o valor médio de cada unidade em estoque altera-se pelas compras de outras unidades por preço diferente”
IUDÍCIBUS <i>et al.</i> , 2010, p. 78-79	“valorizar cada unidade do estoque ao preço efetivamente pago para cada item determinado”	“o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai”	“a Última a Entrar é a Primeira a Sair”	Não cita
MARTINS, 2008, p. 118-120	Não cita	“o primeiro a entrar é o primeiro a sair”	“último a entrar primeiro a sair”	“mantido por empresa com controle constante de seus estoques e que por isso atualiza seu preço médio após cada aquisição”
MARION, 2006, p. 312-313	controla “por unidade vendida e unidade comprada, determinando o preço específico de cada unidade estocada e dando baixa, em cada venda, por unidade”	“Primeiro que Entra, Primeiro que Sai”	“Último que Entra, Primeiro que Sai”	“é o critério de considerar como CMV a média ponderada das diversas compras do mesmo item”
IUDÍCIBUS; MARION, 2009, p. 109-111	“o custo de uma mercadoria vendida é exatamente o custo de adquiri-las”	“vendem-se primeiro as unidades que foram adquiridas primeiro”	“as unidades que por último foram adquiridas são as primeiras a serem vendidas”	“há uma fusão das quantidades monetárias decorrentes de novas compras com o custo total do que existia em estoque antes da compra.”
CPC 16 (R1), 2010, p. 7-8	“é o tratamento apropriado para itens que sejam segregados para um projeto específico, independentemente de eles terem sido comprados ou produzidos”	“pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentemente comprados ou produzidos”	Não cita	“o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período”

Continua.

Continuação.

FERREIRA, 2008, p. 280	“como custo de aquisição de uma unidade o valor efetivamente pago na compra independente da data de sua entrada no estabelecimento”	“o CMV é apurado com base no custo de aquisição das mercadorias mais antigas em estoque (primeiras a entrar). Logo, o estoque final é correspondente ao valor das unidades mais recentes”	“o CMV é apurado com base no custo de aquisição das mercadorias mais recentes em estoque (últimas a entrar). Portanto, o estoque final é correspondente ao valor das unidades mais antigas”	“o CMV é levantado com base na média aritmética dos custos de aquisição das mercadorias em estoque. No cálculo da média móvel, são consideradas apenas as unidades existentes em estoque no ato da venda”
PADOVEZE, 2008, p. 215-217	Não cita.	“supõe-se que as mercadorias adquiridas em primeiro lugar devem sair primeiro, ficando sempre as mercadorias das compras posteriores em estoque, até se esgotarem as quantidades da primeira compra, e assim sucessivamente”	“devem ser valorizadas as saídas, pelos preços de compras mais recentes, ou seja, pelo preço unitário das últimas compras”	“ter em estoque final um único preço representativo para todas as quantidades sejam elas adquiridas por qualquer preço”
SANTOS, 2006, p. 151-152	Não cita.	“utilizar o custo das compras efetuadas em primeiro lugar para valorizar as quantidades vendidas”	“utilizar o custo unitário das mercadorias compradas por último para valorizar as quantidades vendidas, obtendo dessa forma o custo das mercadorias vendidas”	“consiste em avaliar o estoque pelo custo médio de aquisição apurado em cada entrada de mercadoria, ponderado pelas quantidades adicionadas e pelas anteriormente existentes”

Quadro 1 – Conceito de Preço Específico, PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel

Fonte: Da autora, elaborado a partir de (FIPECAFI, 2010; IUDÍCIBUS *et al.*, 2010; MARTINS, 2008; MARION, 2007; IUDÍCIBUS e MARION, 2009; CPC 16 (R1), 2010; SANTOS, 2006; PADOVEZE, 2008; FERREIRA, 2008)

Diante dos conceitos apresentados no Quadro 1 a seguir são feitas algumas considerações. Inicialmente, o Preço Específico ou Custo Específico é o critério em que cada unidade do estoque será determinada pelo preço efetivamente pago no ato da compra. O PEPS ou FIFO é o critério que tem como base, a baixa do estoque conforme for à demanda das vendas e do consumo, ou seja, as mercadorias compradas primeiro serão as primeiras a saírem para a venda ou transformação/uso.

Havendo assim uma rotatividade entre as mercadorias, como por exemplo, um item em que tenha prazo de validade, sendo as que estão com a data mais próxima de se perder a validade, foram adquirida anteriormente das que irão demorar um pouco mais para ocorrer essa perda, ou seja, foi a primeira a entrar e será a primeira a sair.

Também se entende que o UEPS ou LIFO é exatamente o oposto do PEPS, pois as mercadorias que entraram na empresa mais recentemente serão as primeiras a sair. A média ponderada móvel é definida através do cálculo das mercadorias adquiridas em datas distintas, com preços e quantidades variadas surgindo assim, um valor médio para o custo de aquisição de cada unidade. Ainda no Quadro 1, é apresentado o conceito de Preço Específico ou Custo Específico, que é utilizado caso o produto for de fácil identificação física. De acordo com o CPC 16 ((R1), 2010), a determinação da média ponderada poderá ser também de acordo com o recebimento de um lote ou através de uma base periódica pré determinada.

Considerando-se três empresas, nas quais cada uma delas irá adotar um critério de avaliação, PEPS, UEPS ou Média Ponderada Móvel. Todas com as mesmas condições, quantidade de estoque e preço de venda, e se baseando no custo de aquisição, o resultado e o valor do estoque serão diferentes a cada período, caso o estoque não seja zerado. Caso as empresas comercializarem o total do estoque adquirido no período, o resultado será igual, independentemente do critério de avaliação utilizado (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Com a utilização do PEPS o produto tende a ficar avaliado por um custo menor que o custo médio, se caso houver uma situação normal de preços crescentes, ou seja, os itens serão avaliados ao menor valor existente do material que há no estoque, isso fará com que o resultado contábil seja maior no período que ocorreu a venda do item. Com o material estocado sendo avaliada por preços maiores, a apropriação que chegará ao resultado contábil será no período futuro após a produção, porém o preço de venda também poderá ser maior (MARTINS, 2008).

De acordo com Padoveze (2008) a vantagem de adotar o PEPS, é que os estoques finais serão valorizados a preços mais recentes, ou seja, terá um valor mais próximo do preço real de mercado, porém o Custo da Mercadoria Vendida – CMV estará a preços mais antigos, Para Iudícibus e Marion (2009) este é o critério que possui o menor CMV e o maior estoque final comparado com os outros dois métodos.

Para o critério UEPS, segundo Padoveze (2008), a vantagem é que o CMV é que estará valorizado a preços mais recentes, ou seja, estará mais próximo do custo real de mercado. A desvantagem é que o estoque final estará a preços mais antigos fazendo com que o Balanço Patrimonial esteja fora da realidade. A apropriação dos produtos a preços mais recentes provocará uma redução do lucro contábil (MARTINS, 2008). Para o Preço Médio ou Média Ponderada Móvel, a vantagem é somente operacional, pois nem o CMV e o estoque final estarão próximos da realidade (PADOVEZE, 2008).

Além dessas explicações, deve ser observado o aspecto legal que envolve o assunto:

no Brasil, a legislação do Imposto de Renda tem permitido, apenas, a utilização do método do preço específico, do custo médio ponderado móvel ou a dos bens adquiridos mais recentemente (FIFO ou PEPS). Vale destacar como não era permitido para fins fiscais, o uso do LIFO ou UEPS era esporádico. A partir do CPC 16- Estoques, sua utilização também não é contabilmente admitida. Por tudo isso a maioria das empresas, no Brasil, utilizou e continua utilizando principalmente o custo médio ponderado móvel (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 78).

A razão pelo qual o fisco não aceita a utilização do critério UEPS no Brasil é que, em comparação entre os três critérios de avaliação, esse é o que traz o conceito de menor lucro, e “como a maioria das empresas tem a tributação do Imposto de Renda a partir do lucro contábil, quanto menor o lucro, menor o imposto”, ou seja, menor será o valor de repasse ao governo (PADOVEZE, 2008, p. 221).

2.3.2 Critérios de Avaliação – Devolução de Mercadorias

Caso houver alguma devolução que seja feita ao fornecedor ou pelo cliente, independente das empresas e de qual critério que ela utilizar, a devolução ao fornecedor será pelo mesmo valor de aquisição da mercadoria, já pelo cliente será o valor registrado na saída da mercadoria, tornando-se “irrelevante o preço médio (se adotado esse critério de avaliação de estoque) vigente na data do registro da devolução” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 112).

O motivo pelo qual leva ao fornecedor ou cliente devolver um produto é o fato de se sentirem prejudicados ao receber a mercadoria, seja pela qualidade, condições físicas ou outros motivos aos quais não está de acordo com o pedido solicitado, a devolução pode ser total ou parcial, ou ainda, poderá haver um abatimento no valor pago, ou seja, um desconto no valor pelo fato do cliente continuar com o produto mesmo ele estando com algum defeito ou estragado (IUDÍCIBUS e MARION, 2009).

O lançamento contábil da devolução está sujeito a um ajuste no custo médio, devido às mudanças nos saldos físicos e monetários, porém a ficha de estoque não precisa ser refeita com o intuito de recalcular a movimentação do estoque a partir da data de compra ou venda (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.3 Critérios de Avaliação – Preço de Venda a Varejo

Devido à dificuldade das empresas comerciais aplicarem os métodos tradicionais pelo fato de terem um número elevado de mercadorias diferentes, um número elevado de compras que dificulta a sua valorização ao custo, entre outros, originou a avaliação a valores de entrada, ou seja, é a aplicação da média ponderada móvel, porém com os controles sendo feitos a preço de venda e não a mais pelo custo de aquisição, surgindo assim o método do preço de venda a varejo, sendo que esse método possui a finalidade de se obter um inventário através do cálculo da média do custo dos preços dos itens comercializados durante o período corrente da empresa, sendo o mais próximo do esperado pelo inventário físico (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.4 Critérios de Avaliação – Tipos de inventários

Inventário é um levantamento a qual a empresa passa a conhecer o volume do seu estoque, seja através da contagem manual, física ou com uso de equipamentos adequados. Há dois tipos de inventário, o periódico e o permanente, o primeiro ocorre de tempos em tempos, ou seja, no final de cada período (mês, semestre, ano) através da contagem física, e o CMV não é conhecido à medida que ocorrem as vendas, pois somente será conhecido o seu valor juntamente com a apuração do inventário (IUDÍCIBUS e MARION, 2009).

O outro inventário é o permanente que ocorre após cada operação quer seja de compra ou venda, sendo indispensável o uso de fichas de controle manual ou um sistema que permita o controle através de um processamento eletrônico de dados que permita o conhecimento das oscilações de cada tipo de mercadoria. Esse inventário permite obter o valor do CMV e o valor do estoque restante na empresa ao final de cada operação (IUDÍCIBUS e MARION, 2009).

As empresas que possuem um registro permanente de estoque possuem saldos disponíveis a qualquer momento, e ao adquirirem um item esses serão contabilizado pelo valor de custo, e no controle será através do preço de venda, e para que o sistema funcione de maneira correta é necessário fazer as remarcações que os preços de venda sofreram (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

E as que não possuem um registro permanente de estoque por existir um grande volume de mercadorias em que as quantidades e as margens de lucros dos itens sejam muito

diferenciadas devem efetivar os cálculos conforme a natureza do produto, seção, departamentos etc., obedecendo à mesma margem de lucro para que se possa fazer um cálculo específico, ou seja, deverá ser calculado separadamente para cada classe de mercadoria (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Conforme o art. 55, da Lei nº 8.541/92, estabelece que

o valor dos bens existentes no encerramento do período poderá ser o custo médio ou o dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente, admitida, ainda, a avaliação com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 81).

A margem de lucro segundo Iudícibus *et al.* (2010) é o valor do item menos o preço de venda a qual se retornará ao valor do custo de aquisição, ou seja, segundo Gitman (2004) é o valor de cada unidade que resta após o pagamento do custo do produto vendido.

O controle permanente de estoque é de suma importância para fins gerenciais e para um controle interno, principalmente para as empresas industriais e para os estoques de mercadorias para revenda de empresas comerciais, a não apuração do estoque mensalmente faz subentender que a empresa não possui um sistema de custo integrado, fazendo com que haja a apuração no final do exercício através da contagem física, avaliando-os em produtos em processo e acabados, e ao valor dos preços das compras mais recentes, tornando assim, não aceitável para fins contábeis, pois haverá incidência de maiores tributos sobre o lucro (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.5 Critérios de Avaliação – Custeio Real por Absorção

O estoque que na data do balanço for avaliado em produtos em processos e acabados deverão utilizar o método do custeio real por absorção, ou seja, deverá ser incluso todos os custos diretos e indiretos de fabricação que foram utilizados para que o item esteja em condições de venda, e esses deverão ser atribuídos aos produtos através de rateios, que geralmente são utilizados como critério o número de horas trabalhadas, o valor da mão de obra direta ou o de horas máquinas (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para a aplicação do custo por absorção e pelos custos reais incorridos há dois tipos básicos de procedimentos ou sistemas de custeio que são por ordem ou por processo. O custo

por ordem deverá ser utilizado quando a quantidade produzida for pequena ou por encomenda, aos quais os custos serão acumulados para cada ordem, ou seja, cada lote ou itens produzidos. Já para produção contínua que fabricam produtos homogêneos, o custo por processo será acumulado por fase do processo, por operação ou por departamento, ou seja, os custos serão acumulados de acordo com o gasto efetivo para a realização daquela determinada fase de produção e apropriados com base no consumo, em horas despendidas etc. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.6 Critérios de Avaliação – Custo Padrão ou Método de Varejo

Os custos dos produtos podem ser baseados através do cálculo das especificações do produto, dos elementos de custo e nas condições previstas de produção, ou seja, deverão ser considerados os custos normais dos materiais necessários para a fabricação obedecendo a sua capacidade produtiva, se esse cálculo for feito antes da produção começar, chamamos – os de custo padrão, e assim, após a produção do item os custos reais serão apurados e comparados aos custos padrões, e caso houver alguma diferença deverá ser registrado em contas de variação (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Segundo Iudícibus *et al.* (2010) o custo padrão pode ser adotado de forma total ou parcialmente, e de acordo com o CPC – 16 ((R1), 2010, p. 7), esse método de custo padrão ou método de varejo, deve ser utilizado se caso o resultado se aproximar dos custos, já que “o custo-padrão leva em consideração os níveis normais de utilização dos materiais e bens de consumo, da mão-de-obra e da eficiência na utilização da capacidade produtiva”, isso irá ocorrer para que os gastos gerais para a obtenção de cada unidade produzida não aumentem caso houver alguma sazonalidade ou ociosidade da fábrica.

2.3.7 Critérios de Avaliação – Ociosidade e Estoque Moroso

Caso a empresa não utilizar a sua capacidade total de produção, sejam por manutenção preventiva, férias coletivas ou outros eventos, os custos da parte ociosa da empresa, ou seja, o custo da parte a qual não está em funcionamento, e se for considerada anormal, não estando dentro dos padrões pré-estabelecidos, deverá ser lançada no resultado do período em que ocorrer a ociosidade, e não onerar o custo dos produtos elaborados no mesmo período (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

E havendo a adoção de férias coletivas em uma empresa, os custos fixos por essa paralisação deverão ser alocados nos 11 meses em que a empresa estiver funcionando, ou seja, deverá ser feito uma provisão mensal para cobrir esses custos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Se uma empresa adquirir produtos voluntariamente, seja por motivos de garantia, segurança ou razões econômicas, e essas forem adquiridas em quantidades excessivas em relação ao uso ou venda normal prevista, esse estoque será chamado de moroso e deverá ser reclassificado no realizável a longo prazo, a qual não caberá qualquer estimativa de perda (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3.8 Critérios de Avaliação – Ineficiências, quebras ou perda de produção

As ineficiências, quebras e até mesmo a perda de produção, são devidas aos defeitos nas matérias primas, nos equipamentos, pela ausência de funcionários, falta de energia, e outros, podendo essas serem normais ou não normais (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Se caso houver alguma ou mais unidades estragadas ou perdidas durante o processo de fabricação e se estiverem dentro da margem considerada normal, o custo dessas unidades será absorvido normalmente na produção efetiva daquele período, e caso essas perdas não forem normais os custos desses deverão ser lançados diretamente em resultado do exercício (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Portanto, quando houver itens estragados, danificados ou obsoletos no estoque e não for feita uma baixa nos valores dos itens deve-se reconhecer a perda estimada, ou então, os itens deverá ser avaliados pelo seu valor líquido realizável, podendo ser até o valor estimado da venda para terceiros nas condições em que se encontram ou venda como sucata (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos delineiam como o trabalho será apresentado ou quais os tipos de pesquisa que serão empregados. Delinear é buscar uma resposta para o problema apresentado, classificadas aqui em três categorias, pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema (RAUPP e BEUREN, 2009).

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Nessa tipologia será utilizada a pesquisa descritiva, onde segundo Andrade (2002 *apud* RAUPP e BEUREN, 2009, p. 81) tem como característica a preocupação em “observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”. Nesse trabalho a pesquisa descritiva se dará ao fato de haver a necessidade de se coletar dados das notas explicativas relativos aos estoques das empresas do setor industrial listadas no Novo Mercado no ano de 2010 na BM&FBOVESPA.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Diante do fato de se fazer uma pesquisa onde se busca informações através de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entre outros, essa será denominada como pesquisa bibliográfica (RAUPP e BEUREN, 2009). Porém segundo Silva e Grigolo (2002 *apud* RAUPP e BEUREN, 2009) quando se faz uma pesquisa onde o material analisado não recebeu nenhuma análise aprofundada em que, a informação bruta colhida deverá ser interpretada para que se possa extrair algum sentido que agregue valor, ou seja, que contribua de alguma maneira com a sociedade científica e que possibilite que outros venham a desenvolver futuramente o mesmo papel, essa será chamada de pesquisa documental.

Segundo Gil (1999) a pesquisa documental é classificada de duas maneiras, as fontes de primeira mão, que são os documentos que não receberam nenhum tratamento analítico e as fontes de segunda mão, que já foram analisados de alguma maneira.

Esse trabalho é desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois serão analisadas matérias já publicadas ao público, em pesquisa documental por se tratar de um assunto que possui um CPC específico que se adéqua a convergência das normas internacionais, e que se dividem em fontes primárias quando analisadas os documentos

oficiais tais como, o balanço patrimonial da empresa e em fontes secundárias por levar em consideração as notas aplicativas divulgadas.

Os materiais analisados foram coletados das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, extraídos da *website* da BM&FBOVESPA. Sendo que foram determinadas como a população de pesquisas as empresas listadas na BM&FBOVESPA do setor de bens industriais do Novo Mercado no ano de 2010, a qual dez empresas se enquadraram nesse perfil, dessas nove empresas foram analisadas tornando-se assim a amostra da pesquisa, pois pelo fato da Autometal não ter divulgado as notas explicativas do ano de 2007 essa passa a não compor o objetivo dessa pesquisa.

Para uma melhor divulgação dos nomes das empresas foram listados o nome oficial das empresas e o nome que será atribuído a essas neste trabalho:

Nome Oficial das Empresas	Nome Atribuído neste Trabalho
Autometal S.A.	Autometal
Csu Cardsystem S.A.	Cardsystem
Embraer S.A.	Embraer
Iochpe – Maxion S.A.	Iochpe
Lupatech S.A.	Lupatech
Metal Frio Solutions S.A.	Metal Frio
Metal Leve S.A.	Metal Leve
Romi S.A.	Romi
Valid Soluções E Serviços De Segurança Em Meios De Pagamento E Identificação S.A.	Valid
Weg S.A.	Weg

Quadro 2 – Nome Oficial das Empresas X Nome Atribuído neste Trabalho.

Fonte: Da autora, elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Essa pesquisa buscou comparar os seguintes aspectos: órgãos reguladores, mensuração do estoque, abrangência, forma e critério de valoração, escrituração pelo valor justo menos custo de venda, reconhecimento de estoque como despesa e estoque como penhor de garantia, por meio de uma comparação das notas explicativas das empresas do exercício do ano de 2007 e 2010.

3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A análise quanto à abordagem do problema divide-se em pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, a primeira possui a característica de se fazer uma análise mais complexa em relação ao problema apresentado, e a segunda de ser através de instrumentos

estatísticos, descobrirem relações entre variáveis e causalidade entre os fenômenos Richardson (1999 apud RAUPP e BEUREN, 2009).

Esta pesquisa é desenvolvida abordando o problema de forma qualitativa, onde serão objetivadas as formas de reconhecimento e apresentação dos estoques das empresas, objeto de estudo.

3.4 OBJETO DE PESQUISA

Diante do fato de haver um “alto custo de captação de recursos para o financiamento de projetos e o ineficiente sistema tributário, aliados à escassez de poupança interna no país” e a diminuição do número de empresas que possuem ações negociadas na Bolsa, a Bovespa buscou encontrar algumas soluções para esse impasse, ou seja, “procurou instrumentos que pudessem ser acionados por ela, como agente privado, com menor dependência em relação à evolução das condições institucionais do mercado brasileiro” (SANTANA, 2002, p. 04).

Sendo assim, o Novo Mercado juntamente com os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, onde esse é subdividido em Nível 1 e Nível 2, foi criado no final do ano de 2000 pela até então, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA que hoje passou a ser Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e são segmentos especiais de listagem, aos quais foram desenvolvidos para proporcionar um ambiente de negociação que interessassem os investidores e valorizassem as companhias. (BM&FBOVESPA, 2009).

Esses dois tipos de segmento se diferem por uma listarem as empresas que venham a abrir capital, e que têm o compromisso de apresentarem com melhor qualidade as informações da companhia, e de ampliarem os direitos societários, para que possa reduzir as incertezas, o risco, que há no processo de avaliação e investimento que são classificadas como Novo Mercado e as que já possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA, que são os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (BM&FBOVESPA, 2009) e, segundo Santana (2002), as empresas que estiverem no nível 1 deverão divulgar suas informações com maior transparência, e as que estiverem no nível 2 poderá manter suas ações preferências.

De acordo com Santana (2002, p. 5) a valorização positiva e a liquidez das ações se dão ao fato da redução da percepção de risco de um mercado, por parte dos investidores, a qual ocorre “graças aos direitos e garantias concedidos aos acionistas e à redução na assimetria de informações entre administradores das empresas e participantes do mercado”.

Segundo Santana (2002, p. 7) os benefícios para as empresas que aderirem ao Novo Mercado e aos níveis 1 e 2 são a “melhora da imagem institucional, a maior visibilidade, a maior demanda pelas ações, a valorização das ações e menor custo de capital” e para os investidores são:

“maior precisão na precificação das ações, a melhora do processo de acompanhamento e fiscalização, a maior segurança quanto aos seus direitos societários, a redução de risco para o país, a canalização de mais poupança para a capitalização das companhias, os investimentos mais seguros e diversificados, empresas mais fortes e competitivas e a dinamização da economia”

A Bovespa visa à aderência de novas empresas aos segmentos especiais de listagem e com isso a atração de novos investidores para o mercado acionário brasileiro, pois essas empresas assumem um compromisso de respeitarem as regras de listagem e de agir com responsabilidade (SANTANA, 2002).

Uma empresa que deseja aderir ao Novo Mercado deverá assinar um contrato entre a companhia, seus controladores, administradores e a BM&FBOVESPA, ao qual concordam em cumprir com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado e em caso de conflitos societários adotarem a arbitragem, que será julgada pela Câmara de Arbitragem do Mercado (BM&FBOVESPA, 2009).

Sendo assim, a empresa passará a emitir somente ações ordinárias, ou seja, são ações que o acionista terá direito a voto nas assembleias e, caso haja a venda do controle acionário, esse deverá ser ofertado a todos os demais acionistas e não poderá haver partes beneficiárias, sendo que o mínimo que o regulamento exige de ações em circulação é de 25% das ações emitidas, exceto as que estão em poder do acionista controlador (BM&FBOVESPA, 2009).

Todas as empresas listadas na Bolsa têm de apresentar as Informações Trimestrais (ITRs), as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), as Informações Anuais (IANs) a CVM e a BM&FBOVESPA, sendo assim, enviados trimestralmente, até o final do mês de março e até o final do mês de maio, sucessivamente (BM&FBOVESPA, 2009)

O quadro abaixo consta o que as empresas listadas como Novo Mercado tem o dever de apresentar além das informações obrigatórias nos documentos que seguem:

Dados que devem conter	Informações Trimestrais (ITRs)	Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs)	Informações Anuais (IANs)
Demonstrações financeiras consolidadas	X		
Demonstração dos fluxos de caixa da companhia e do consolidado	X	X	
Abertura da posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5% do capital social, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física	X		
A quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal	X		X
Evolução da posição descrita acima em relação aos 12 meses anteriores	X		X
Quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total das ações emitidas	X		
Relatório de revisão especial emitido por auditor independente	X		
Informação da existência e vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem	X	X	X

Quadro 3 – Informações obrigatórias para as ITRs, DFPs e IANs.

Fonte: Da autora, elaborado a partir do folder Novo Mercado (BM&FBOVESPA, 2009, p.05 - 06).

De acordo com o Quadro 3 pode notar que as ITRs é o documento em que há mais exigências além das obrigatórias há todas as empresas listadas na Bolsa, independentemente em que segmento de listagem esteja, após temos as IANs com três exigências, e as DFPs com duas, sendo que uma das oito exigências é constante nos três documentos, a Informação da existência e vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem.

Além dessas informações as empresas deverão elaborar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com as normas internacionais, seja o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* ou *Generally Accepted Accounting Principles (US Gaap)*, tendo como carência para se adequar o prazo de até dois anos, as ITRs também deverá estar de acordo com as normas internacionais ou de acordo com o padrão exigido pelo Novo Mercado traduzido para a língua inglesa, fazendo com que aumente a possibilidade de novos investidores estrangeiros (BM&FBOVESPA, 2009).

Para que haja uma maior interação com os investidores, a empresa deverá fazer no mínimo uma reunião pública, onde deverá apresentar qual a sua situação econômico-financeira, seus projetos e perspectivas para o futuro, e também deverá apresentar um calendário contendo os principais eventos corporativos (BM&FBOVESPA, 2009).

Porém, se caso a companhia desejar rescindir o contrato, passará a não ser mais obrigada a cumprir com os compromissos assinados na adesão do contrato, mas como forma de compensar os acionistas investidores, foi instituída a eles o direito de receber uma oferta pública de aquisição por suas ações, que no mínimo será pelo valor econômico (BM&FBOVESPA, 2009).

O valor econômico que os investidores receberão por suas ações será determinado por uma empresa especializada, que será selecionada uma dentre três empresas indicadas pelo Conselho de Administração, que será composto por no mínimo cinco membros com mandato de até dois anos, em assembléia geral e eleita pela maioria dos votos dos acionistas, sendo que o mínimo de presença necessária para que a assembléia aconteça é de 20% do total das ações em circulação na primeira convocação, e se caso precisar de uma segunda convocação não há quantidade determinada de acionistas (BM&FBOVESPA, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisando as notas explicativas a serem comparadas foi possível elaborar a Tabela 1 onde consta o tratamento dado pelas empresas da amostra aos aspectos analisados do ano de 2007.

Tabela 1 – Ano 2007 – A frequência dos aspectos analisados quanto ao estoque das Companhias.

Aspecto	Fi	Fi%	Empresas que compõem
Órgãos Reguladores – Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas da CVM	3	33,33%	Lupatech; Metal Frio e Romi
Órgãos Reguladores – Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Lei das Sociedades por Ações e as normas da CVM	4	44,45%	Cardsystem; Embraer; Iochpe e Valid
Órgãos Reguladores – Elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da CVM e IBRACON.	2	22,22%	Metal Leve e Weg
Mensuração ao custo médio das compras ou produção, ou a valor de mercado, entre esses o menor.	1	11,11%	Embraer
Mensuração ao custo médio, usando o método de média móvel, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e obedecendo a convenção do conservadorismo.	1	11,11%	Cardsystem
Mensuração ao custo médio de aquisição ou de fabricação, não excedendo os seus custos de reposição ou aos valores de mercado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.	1	11,11%	Valid
Mensuração ao custo médio de aquisição ou de produção, e deduzidos, quando aplicável de provisão para o valor de realização.	1	11,11%	Metal Frio
Mensuração ao custo médio de aquisição deduzido de provisão quando aplicável ou de produção que não exceda o valor de mercado	1	11,11%	Iochpe
Mensuração ao custo médio de aquisição ou fabricação líquidos de impostos recuperados e não superam os preços de mercado.	1	11,11%	Weg
Mensuração ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.	2	22,23%	Metal Leve; Lupatech
Mensuração ao custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição.	1	11,11%	Romi
Abrangência – quanto a fabricação, comercialização e importação de produtos.	8	88,89%	Embraer; Lupatech; Iochpe; Metal Leve; Metal Frio; Valid; Romi e Weg.
Forma e Critério de Valoração	4	44,44%	Iochpe; Embraer; Lupatech e Romi.
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	-	-	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	-	-	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	-	-	Não consta a informação nas notas explicativas.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas do ano de 2007.

Através dos dados apresentados na Tabela 1, das empresas que no ano de 2007 teve suas informações divulgadas na BM&FBOVESPA, pode-se considerar que todas as nove empresas apresentaram suas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Brasileiras e com as normas da CVM, e que apenas duas também estavam de acordo com as normas da IBRACON.

As empresas analisadas apresentam várias maneiras de mensurar os estoques, porém todos levam em consideração o custo médio das compras ou produção, a abrangência que é a composição do estoque, apenas oito empresas divulgaram essa informação, já a forma e critério de valorização apenas quatro das nove empresas apresentaram essa informação.

Os aspectos como a escrituração pelo valor justo menos custos de venda, o reconhecimento de estoque como despesa e os estoques com penhor de garantia não constam nas notas explicativas do ano de 2007 dessas empresas.

Apresenta-se a Tabelas 2 onde consta a maneira como cada empresa divulgou os aspectos analisados dos anos de 2010 e qual a percentagem que essas empresas ocupam em relação ao total de empresas analisadas nesse ano, a qual corresponde a dez empresas, o que representa a população da pesquisa.

Tabela 2 – Ano 2010 – A frequência dos aspectos analisados quanto ao estoque das Companhias.

Aspecto	Fi	Fi%	Empresas que compõem
Órgãos Reguladores – Elaborados de acordo com as normas do CPCs e IFRS	9	90%	Autometal; Embraer; Cardsystem; Lupatech; Iochpe; Metal Leve; Metal Frio; Valid e Weg.
Órgãos Reguladores – Elaborados de acordo com as normas da IFRS e adoção a Lei das Sociedades por Ações, normas da CVM e incorporações trazidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09.	1	10%	Romi.
Órgãos Reguladores - Demonstrações financeiras identificadas como Controladora – BR GAAP e Consolidado IFRS – BR GAAP.	1	10%	Lupatech.
Mensuração pelo método de custeio por absorção	2	20%	Lupatech e Weg.
Mensuração pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição.	1	10%	Romi.
Mensuração ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.	5	50%	Autometal; Cardsystem; Iochpe; Metal Frio e Valid.
Mensuração ao custo médio de produção ou preço médio de aquisição considerando o valor presente, quando aplicável.	2	20%	Lupatech e Weg.
Mensuração ao custo médio das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor.	2	20%	Embraer e Metal Leve.
Forma e Critério de Valoração	7	70%	Iochpe; Embraer; Lupatech; Autometal; Cardsystem; Metal Frio e Valid.
Estoques como penhor de garantia	1	10%	Embraer.
Reconhecimento de estoque como despesa	-	-	Não Consta A Informação Nas Notas Explicativas.
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	-	-	Não Consta A Informação Nas Notas Explicativas.
Abrangência – quanto a prestação de serviços.	1	10%	Cardsystem.
Abrangência – quanto a fabricação, comercialização e importação de produtos.	9	90%	Autometal; Embraer; Lupatech; Iochpe; Metal Leve; Metal Frio; Valid; Romi e Weg.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas do ano de 2010.

Diante dos dados apresentados no quadro acima, referente às informações divulgadas das dez empresas analisadas do ano de 2010, pode-se considerar que todas as empresas aderiram às normas da IFRS, porém somente uma empresa, a Romi, aderiu incorporações trazidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, e a Lupatech foi à única empresa a qual apresentou suas Demonstrações financeiras identificadas como Controladora – BR GAAP e Consolidado IFRS – BR GAAP.

Como o custo dos estoques inclui os custos de aquisição e de transformação, onde compreende o valor do preço de compra, e o de produção ou fabricação, respectivamente, pode-se considerar que oito empresas mensuram os estoques ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, sendo que apenas duas utilizam o método de custeio por absorção e mensuram pelo custo médio de produção ou preço médio de aquisição considerando o valor presente, quando aplicável.

A Cardsystem por ser uma empresa prestadora de serviços divulga a abrangência do estoque de maneira diferenciada das demais, que tem como suas atividades a fabricação, comercialização, exportação e importação de produtos.

Outro aspecto analisado é a forma e critério de valoração que somente é divulgada por sete empresas, e a escrituração pelo valor justo menos custos de venda e o reconhecimento de estoque como despesa que não foi apresentado por nenhuma das empresas e somente a Embraer S.A apresentou a informação de estoques com penhor de garantia nas notas explicativas.

A partir da comparação das informações das Tabelas 1 e 2 foi elaborado o Quadro 4 onde consta o que aconteceu com cada aspecto de um ano para o outro em relação a cada empresa analisada, ou seja, qual a convergência que a empresa sofreu do ano de 2007 para o ano de 2010.

EMPRESA	ASPECTOS						
	Órgãos Reguladores	Mensuração do Estoque	Abrangência	Forma e Critério de Valoração	Escrituração pelo valor justo menos custo de venda	Reconhecimento de estoque como despesa	Estoque como penhor de garantia
CSU CARD SYSTEM	A empresa aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Adotou a divulgação das classificações dos estoques	Adotou a divulgação em 2010	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
EMBRAER	A empresa aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Alterou a classificação dos estoques, Pool de peças de reposição foi reclassificado para o Imobilizado.	Acrescido um item	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Passou a divulgar a partir de 2010
INDÚSTRIAS ROMI	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Não alterou a classificações do estoque	Deixou de publicar a informação, em 2010 não consta	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
IOCHPE-MAXION	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Não alterou a classificações do estoque	Acrescido um item	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
LUPATECH	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor e o método de custeio por absorção	Não alterou a classificações do estoque	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados

METALFRIO	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Não alterou a classificações do estoque	Adotou a divulgação em 2010	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
METAL LEVE	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Não alterou a classificações do estoque	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Passou a divulgar a partir de 2010	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
VALID	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor	Não alterou a classificações do estoque	Adotou a divulgação em 2010	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados
WEG	A empresa aderiu às NIC.	Continuou a utilizar o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor e o método de custeio por absorção	Não alterou a classificações do estoque	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados	Não cita em nenhum dos dois anos analisados

Quadro 4 – Empresas X Aspectos

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações da Tabela 1 e Tabela 2.

Analisando o quadro 4, pode-se considerar que as nove empresas migraram para as normas do IFRS e mantiveram o critério de mensuração utilizado no ano de 2007, porém a Lupatech e Weg estão utilizando também o método de custeio por absorção.

No aspecto da abrangência do estoque somente a CardSystem adotou essa informação no ano de 2010 e a Embraer alterou essa classificação dos estoques, para as outras demais empresas foram apresentadas nos dois anos analisados e todos estão de acordo com as normas do CPC 16(R1) – Estoque.

A forma e critério de valoração somente duas empresas, a Embraer e a Iopchpe apresentaram nos dois anos analisados, a Romi somente no ano de 2007 e com exceção da lupatech, Metal Leve e da Weg que não apresentaram em nenhum dos dois anos, as demais três empresas apresentaram somente no ano de 2010, e todas essas divulgações constam-se de acordo com as normas do CPC 16(R1) – Estoque.

Para os outros aspectos analisados, o reconhecimento de estoque como despesa não constam em nenhum dos dois anos analisados, já para a escrituração pelo valor justo menos o custo de venda e o estoques como penhor de garantia constam em apenas uma empresa sendo divulgada somente no ano de 2010 essas informação nas notas explicativas da Metal Leve e a Embraer, respectivamente.

Baseado no Quadro 4 foi elaborado a Tabela 3 onde demonstra a Frequência Absoluta (Fi) e a Frequência Relativa (Fi%) com que ocorreu a convergência do aspecto Órgãos Reguladores, onde nota-se que todas as empresas, ou seja, 100% da amostra aderiram as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) seja o IFRS ou US – GAAP e os pronunciamentos dos CPCs, em especial a CPC 16(R1) – Estoque, objeto de estudo desse trabalho.

Tabela 3 – Órgãos Reguladores X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Órgãos Reguladores	Migrou	9	100%
	Não migrou	0	0%

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4.

As nove empresas analisadas não alteraram o critério de mensuração, porém duas empresas que representam 22,22% da amostra também aderiram ao custeio por absorção, conforme Tabela 4 e o quadro 4.

Tabela 4 – Mensuração do Estoque X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Mensuração do Estoque	Não alterou	9	100%
	Aderiu ao custeio por absorção	2	22,22%

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4.

A pesquisa também possibilitou verificar que 77,78% das empresas não alteraram a forma de abrangência do estoque nos dois anos analisados e que 11,11% adotaram essa informação somente no ano de 2010 e 11,11% alterou a forma de abrangência, conforme o Quadro 4 e a Tabela 5.

Tabela 5 – Abrangência X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Abrangência	Adotou	1	11,11%
	Alterou	1	11,11%
	Não alterou	7	77,78%

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4.

Já o aspecto forma e critério de valoração três empresas adotaram e três não publica essa informação, porém 22,22% da amostra, o que representa duas empresas, acrescentou algum item, e apenas uma empresa 11,11% não publica mais essa informação, conforme o Quadro 4 e a Tabela 6.

Tabela 6 – Forma e Critério de Valoração X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Forma e Critério de Valoração	Adotou	3	33,33%
	Acrescentou	2	22,23%
	Não publica mais	1	11,11%
	Não publicou	3	33,33%

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4.

Para os aspectos sobre a escrituração pelo valor justo menos custo de venda e o reconhecimento de estoque como despesa não constam em nenhum dos anos analisados, conforme o Quadro 4 e a Tabela 7.

Tabela 7 – Escrituração pelo Valor Justo menos Custo de Venda e Reconhecimento do Estoque como Despesa X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Escrituração pelo valor justo menos custo de venda	Não publicou	9	100%
	Publicou	0	0
Reconhecimento de estoque como despesa	Não publicou	9	100%
	Publicou	0	0

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4.

Porém o estoque como penhor de garantia consta em apenas uma empresa, o que representa 11,11% das empresas da amostra, conforme o Quadro 4 e a Tabela 8.

Tabela 8 – Estoque como Penhor de Garantia X Convergência

ASPECTO	CONVERGÊNCIA	Fi	Fi%
Estoque como penhor de garantia	Não publicou	8	88,89%
	Adotou	1	11,11%

Fonte: Da autora, elaborado a partir das informações do Quadro 4. .

Nota-se que todas as empresas da amostra convergiram-se para as Normas Internacionais de Contabilidade e que não alteraram a forma de mensuração do estoque, porém duas dessas empresas aderiram ao custeio por absorção. Quanto à abrangência do estoque sete empresas não alteraram a sua maneira de divulgação, uma houve alteração e uma passou a divulgar a forma de abrangência.

O aspecto forma e critério de valoração três empresas passaram a adotar esse aspecto e outras três continuaram não publicando essas informações, uma deixou de publicá-la e duas acrescentaram mais informações na sua divulgação. A escrituração pelo valor justo menos custo de venda e o reconhecimento de estoque como despesa nenhuma das empresas analisadas publicaram essa informação. E o estoque como penhor de garantia apenas uma empresa passou a divulgar esse aspecto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi identificar as formas de reconhecimento e como estavam sendo apresentados os Estoques nas empresas do setor industrial do segmento do Novo Mercado listadas na BM&FBOVESPA no ano de 2010, fazendo se assim, um comparativo entre os anos de 2007 e 2010. Para essa análise foi utilizada como base o Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoque, onde constam os procedimentos e informações que as empresas deverão seguir, pois os pronunciamentos elaborados e divulgados pelo CPC visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade as Normas Internacionais.

Para alcançar esse objetivo alguns procedimentos foram executados tais como, definir as formas de reconhecimento e mensuração do estoque, identificar as empresas, coletar e tipificar as notas explicativas, organizar e analisar a base de dados. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva dos dados analisados das notas explicativas das empresas analisadas, uma pesquisa bibliográfica por haver materiais já publicados ao público e uma pesquisa documental que apesar do tema ser “Estoque” e ser um assunto conhecido por todos, quanto à convergência é um assunto atual, recente.

Foi desenvolvida uma análise mais detalhada que proporcionasse um melhor manuseio das informações coletadas, ao qual foram selecionados e classificados de acordo com os seguintes aspectos: órgãos reguladores, mensuração do estoque, abrangência, forma e critério de valoração, escrituração pelo valor justo menos custo de venda, reconhecimento de estoque como despesa e estoque como penhor de garantia referente ao estoque dos dois anos analisados e comparados.

Temos que as dez empresas que aderiram ao Novo Mercado que estavam listadas na *website* da BM&FBOVESPA formam a população da pesquisa, e que das dez empresas inicialmente selecionadas com exceção da Autometal que não consta a sua Demonstração Financeira Padronizada no ano de 2007, formam a amostra da pesquisa.

Sendo assim, temos que todas as empresas da amostra convergiram-se para as Normas Internacionais de Contabilidade, e que todas elas continuaram a mensurar o seu estoque ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor, porém temos também que duas empresas passaram a utilizar o método de custeio por absorção.

Quanto à abrangência, ou seja, a maneira como o estoque é classificado, sete empresas não alteraram a sua classificação, porém a Cardsystem passou a adotar esse aspecto

e a Embraer passou a reclassificar o item Pool de peças de reposição que em 2007 era considerado como estoque para o Imobilizado em 2010.

Outro aspecto analisado foi à forma e critério de valoração onde três empresas passaram a adotar e outras três continuaram não publicando essas informações, sendo que a Romi deixou de publicá-la e a Embraer e a Iochpe acrescentaram mais informações na sua divulgação. A escrituração pelo valor justo menos custo de venda e o reconhecimento de estoque como despesa nenhuma das empresas analisadas publicaram essas informações. E o estoque como penhor de garantia apenas a Embraer passou a divulgar em 2010.

De uma maneira geral em relação a todos os aspectos analisados, temos que os Órgãos Reguladores, a Mensuração do Estoque e a Abrangência praticamente 100% (porcentagem) das empresas mantiveram os seus critérios no ano de 2010, já a Forma e Critério de Valoração um pouco mais que a metade das empresas, 55,56% acrescentaram ou adotaram esse aspecto e os demais 44,44% não publicam mais ou nunca publicaram, porém, temos que a Escrituração pelo Valor Justo menos Custo de Venda, o Reconhecimento de estoque como Despesa e o Estoque como Penhor de Garantia, nenhuma ou apenas uma empresa passou a divulgar essa informação no ano de 2010.

Considerando que o estoque é um ativo de suma importância para a empresa e que a melhor maneira de avaliá-lo é verificar se este está de acordo com as Normas Internacionais e com o CPC 16(R1) – Estoque foi possível observar que há critérios que já existiam e que continuam da mesma maneira como eram divulgados no ano de 2007 e que ainda há critérios que não foram divulgados pelas empresas da amostra em notas explicativas.

Portanto, sugere-se que sejam feitas outras pesquisas para que se possam analisar não somente as empresas do setor industrial do segmento do Novo Mercado, mas também empresas de outros setores e de outros tipos de segmento e que possam compará-los em relação a qual deles há uma maior evidenciação quanto à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Acquaviva**. 3. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Rideel, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade**. in BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BM&FBOVESPA. **Novo Mercado, Governança Corporativa**. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/Folder_NovoMercado.pdf>. Acesso em 26 set 2011.

BRASIL. **LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007**. Assunto: Alteração e revogação dos dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em: 26 maio 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoque**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16_R1.pdf>. Acesso em 27 fev. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Regimento Interno Do Comitê De Pronunciamentos Contábeis**. 2005. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/regimento.htm>>. Acesso em: 20 jun 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Termo de Aprovação – Pronunciamento Técnico CPC 16 Estoque**. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16_TermoAprovacao.pdf> Acesso em: 03 nov 2011.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 488, de 03 de Outubro de 2005**. 2005 Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.doc> Acesso em 26 maio 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.170/09**. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/Res_1170.pdf>. Acesso em 26 jun 2011.

Dicionário online de português. **Tangível**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/tangivel/>>. Acesso em 16 jun 2011.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins; supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et. al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos de; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999**.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LONGARAY, Andre Andrade. BEUREN, Ilse Maria. **Caracterização da pesquisa em contabilidade**. in BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARMA, Hamilton. **Delineamentos histórico-contábeis**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 3, nº 1, p. 20-26, ago. 1991 Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/27/12>>. Acesso em 19 out 2011.

RAUFF, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.** in BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

RECEITA FEDERAL. **Provisões.** 2004. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2004/PergResp2004/pr522a527.htm>>. Acesso em 08 fev 2011.

SANTANA, Maria Helena. **O Novo Mercado e a governança corporativa.** In: Revista da CVM. Rio de Janeiro, n.034, p.4-8, jan.2002. Disponível em:<<http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/revista/arquivos/novomercado.pdf>>. Acesso em 04/01/2012.

SANTOS, José Luiz dos; et al. **Fundamentos de contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2006.

TESCHE, Carlos H. et al. **Contabilidade: ciência, técnica ou arte?** Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, ano XX, n° 76, p. 13-21, jul./set. 1991. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/37/23>>. Acesso em 19 out 2011

APÊNDICE A - COMPANHIA AUTOMETAL S.A.

Autometal S.A. é uma sociedade anônima com sede em Diadema, Estado de São Paulo, fundada em 12 de novembro de 1964.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	Dado que até o exercício de 2009 a Autometal S.A. e suas sociedades controladas não constituíam um grupo consolidado, essas informações comparativas consolidadas relativas ao exercício anterior não estão apresentadas. (dado ano 2010)	Principais atividades são o projeto, a fabricação e a venda de componentes e subconjuntos para o mercado global automotivo em tecnologias complementares.	No ano de 2007, a empresa não apresentou dados para que possam ser comparados com o ano de 2010.
Produto Desenvolvido		Alumínio, forja, metais, plástico e fundição, com vários processos associados, tais como: mecanizado, solda, pintura e montagem.	Produtos produzidos / fabricados pela empresa
Órgãos Reguladores		As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPCs. E também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras IFRS emitidos pelo IASB.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, onde os pronunciamentos do CPC.
Mensuração		Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Abrangência		matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige

Continua.

Continuação.

Forma e critério de valoração		<p>Matérias-primas - ao custo médio ponderado de aquisição,</p> <p>Produtos acabados e em elaboração - a custos preestabelecidos que não apresentam desvios significativos em relação aos custos reais incorridos. Esses custos incluem os de matérias-primas, de mão de obra direta e os diretos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal), excluindo os de empréstimos.</p> <p>Os produtos obsoletos ou de movimentação lenta estão reduzidos ao valor de realização.</p> <p>O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.</p>	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda		Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa		Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia		Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 5 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia AUTOMETAL S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia AUTOMETAL S.A.

APÊNDICE B - COMPANHIA CSU CARDSYSTEM S.A.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	Compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, a gestão e operacionalização de tele-atendimento ("call centers"), a prestação de serviços de cobrança e concessão de crédito e o desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento e fidelização.	Compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, a gestão e operacionalização de tele-atendimento e televendas (contact centers), a prestação de serviços de cobrança e análise de crédito e o desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento e fidelização e, após o advento da ampliação de seu objeto social deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2010, a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento.	Incorporação das atividades de operacionalização de televendas, a prestação de serviços de análise de crédito, sendo que as empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento.
Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela CVM.	As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos emitidos pelo CPC, as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras IFRS, emitidos pelo IASB.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.

Continua.

Continuação.

Mensuração	Os estoques são demonstrados ao custo médio, usando o método de média móvel, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e obedecendo a convenção do conservadorismo.	Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Abrangência	Não cita.	Cartões; Materiais adicionais e Outros	Compreende o que o CPC 16 (R1) – estoque exige
Forma e critério de valoração	Não cita.	O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.	Compreende o que o CPC 16 (R1) – estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 6 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia CSU CARDSYSTEM S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia CSU CARDSYSTEM S.A.

APÊNDICE C - COMPANHIA EMBRAER S.A.

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (“Embraer” ou “Controladora”; de forma conjunta com suas controladas como “Consolidado” ou a “Companhia”), anteriormente Rio Han Empreendimentos e Participações S.A., é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	Rio Han Empreendimentos e Participações S.A., tem como objetivo social o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.	Atividade preponderante o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos, serviços aeronáuticos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial. Após alteração do objeto social e da razão social da Controladora que passou a se chamar Embraer S.A., em 16 de setembro de 2010, foram incluídas e adicionadas as seguintes atividades ao seu objeto social: i) Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, softwares, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade; e ii) Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia.	Houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisado, após a alteração da razão social da Controladora.

Continua.

Continuação.

Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras da Controladora e as Consolidadas foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da CVM	As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e disposições complementares da CVM e são publicadas juntamente com as Demonstrações Financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com os IFRS e as demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que, para o IFRS é utilizado o método do custo ou valor justo.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.
Mensuração	Os estoques, incluindo as peças de reposição, estão demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou a valor de mercado, entre esses o menor.	Os estoques, incluindo as peças de reposição e aeronaves usadas, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Abrangência	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matéria-prima, Peças de reposição, “Pool” de peças de reposição, Aviões usados para venda, Materiais de consumo, Mercadorias em trânsito, Adiantamentos a fornecedores, Provisão para obsolescência, Provisão de ajuste ao valor de mercado.	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matéria-prima, Peças de reposição, Aeronaves usadas para venda, Materiais de consumo, Mercadorias em trânsito, Adiantamentos a fornecedores, Provisão para obsolescência, Provisão de ajuste ao valor de mercado.	Compreende o que o que o CPC 16 (R1) - estoque exige, e há um tratamento diferenciado quanto aos “Pool” de peças.

Continua.

Continuação.

Forma e critério de valoração	Estoques de produtos em elaboração e acabados , quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas em projetos.	Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas e, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas em projetos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.	Compreende o que o que o CPC 16 (R1) – estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	O custo dos estoques reconhecidos na Controladora em 2010 foi de R\$ 6.359.302 (R\$ 7.345.618 em 2009) e no Consolidado R\$ 7.199.067 e R\$ 8.281.938 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 22.257 do montante de estoques foi concedido como garantia financeira.	

Quadro 7 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia EMBRAER S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia EMBRAER S.A.

Segundo a nota explicativa da Companhia os “Pool” de peças são as peças de reposição exclusivas para os clientes que contrataram o Programa “Exchange Pool”, onde os clientes que aderirem a esse programa poderão trocar um componente que esteja danificado

por outro em condições de funcionamento, sendo que o estoque dessas peças que são destinados a esse programa são depreciados a uma estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, onde é aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização que a Companhia acredita que ser, respectivamente.

APÊNDICE D - COMPANHIA IOCHPE-MAXION S.A.

A Companhia, com sede em São Paulo. O Parque Industrial é composto por 5 fábricas no Brasil, sendo três delas dedicadas ao setor de equipamentos ferroviários e duas ao setor automotivo, e 1 fábrica em construção na China.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	Tem por objetivo principal a participação em empresas que atuam na industrialização e comercialização de componentes para veículos rodoviários, ferroviários, fundição e peças de reposição.	As atividades da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de chassis completos, travessas e rodas pesadas, a fabricação e comercialização de alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, e outros componentes automotivos, a fabricação e comercialização de rodas de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios, a fabricação e comercialização de rodas e a participação em empresas que atuam na industrialização e comercialização de componentes para veículos rodoviários, ferroviários, fundição e peças de reposição.	Em 2010 houve uma descrição mais detalhada quanto aos produtos fabricados.
Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as normas do IFRS emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo CPCs. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs,	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, onde compreende os pronunciamentos do CPC.
Mensuração	Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão quando aplicável ou de produção que não excede o valor de mercado.	Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige

Continua.

Continuação.

Abrangência	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas, Materiais auxiliares e de manutenção, Materiais para embalagens e almoxarifado, Provisão para itens obsoletos e perda de inventário, Adiantamento a fornecedores e Importações em andamento	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias primas, Materiais auxiliares, Materiais para embalagens e almoxarifado, Adiantamento a fornecedores, Importações em andamento, Provisão para perdas com itens obsoletos	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.	O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração , o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 8 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia IOCHPER – MAXION S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia IOCHPER – MAXION S.A.

APÊNDICE E - COMPANHIA LUPATECH S.A.

A Lupatech S.A. (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é um grupo composto por 32 unidades que possui três segmentos de negócios: Energy Products, Flow Control e Metalurgia e conta com 3.560 colaboradores. A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”).

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	<p>No Segmento Óleo & Gás oferecemos produtos de alto valor agregado e serviços para a indústria de petróleo e gás, como cabos para ancoragem de plataformas em águas profundas, válvulas manuais e automatizadas para uso em aplicações de exploração, produção, transporte e refino de petróleo e cadeia de hidrocarbonetos, equipamentos de completação de poços de petróleo permitindo a produção de óleo e Gás, revestimentos de tubos de perfuração e produção, aluguel de equipamentos e serviços offshore e compressores para GNV.</p> <p>No Segmento Flow temos posição de liderança no Mercosul na produção e comercialização de válvulas industriais, principalmente para as indústrias química, farmacêutica, papel e celulose, alimentícia, construção civil e de máquinas e equipamentos.</p> <p>No Segmento Metal ocupamos posição de destaque no mercado internacional e nos especializamos no desenvolvimento e na produção de peças, partes complexas e subconjuntos direcionados principalmente para a indústria automotiva mundial através dos processos de fundição de precisão e de injeção de aço, onde somos pioneiros</p>	<p>No Segmento Energy Products, a Companhia oferece produtos de alto valor agregado e serviços para a indústria de petróleo e gás, como cabos para ancoragem de plataformas em águas profundas, válvulas manuais e automatizadas para uso em aplicações de exploração, produção, transporte e refino de petróleo e cadeia de hidrocarbonetos, equipamentos de completação de poços de petróleo permitindo a produção de óleo e gás, revestimentos de tubos de perfuração e produção, aluguel de equipamentos, serviços “offshore”, compressores para GNV, sensores por fibra ótica e locação de kits de compressão de gás.</p> <p>No Segmento Flow Control possui posição de liderança no Mercosul na produção e comercialização de válvulas industriais, principalmente para as indústrias química, farmacêutica, papel e celulose, alimentícia, construção civil e de máquinas e equipamentos.</p> <p>No Segmento Metalurgia, a Companhia ocupa posição de destaque no</p>	<p>Não houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisados.</p>

	<p>na América Latina. Operamos, ainda, na fundição de peças em ligas metálicas com alta resistência a corrosão, voltadas para os setores de válvulas industriais e bombas, principalmente para aplicações nos processos para a indústria de petróleo e gás.</p>	<p>mercado internacional e é especialista no desenvolvimento e na produção de peças, partes complexas e subconjuntos direcionados principalmente para a indústria automotiva mundial através dos processos de fundição de precisão e de injeção de aço, onde é pioneira na América Latina. Opera, ainda, na fundição de peças em ligas metálicas com alta resistência à corrosão, voltadas para os setores de válvulas industriais e bombas, principalmente para aplicações nos processos para a indústria de petróleo e gás.</p>	
Órgãos Reguladores	<p>As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM.</p>	<p>As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora – BR GAAP; e As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado – IFRS e BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.</p>	<p>Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC. E as demonstrações financeiras individuais será identificada como Controladora – BR GAAP e as demonstrações financeiras consolidadas será identificada como Consolidado – IFRS e BR GAAP.</p>

Continua.

Continuação.

Mensuração	Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização	São avaliados ao custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituída quando consideradas necessárias pela Administração.	Em 2010 a empresa quanto a apresentação dos estoques está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige, porém a maneira como a Companhia custeia os estoques utilizando o método de custeio por absorção é devido ao fato de haver produtos que serão classificados como produtos em elaboração.
Abrangência	Produtos prontos, Mercadorias para revenda, Produtos em elaboração, Matéria-prima e materiais auxiliares, Importação de mercadorias em andamento	Produtos prontos, Mercadorias para revenda, Produtos em elaboração, Matéria-prima e materiais auxiliares	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 9 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia LUPATECH S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia LUPATECH S.A.

APÊNDICE F - COMPANHIA METAL LEVE S.A.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	A Companhia tem como atividade preponderante a pesquisa, desenvolvimento, fabricação e a comercialização, no país e no exterior, de peças e acessórios para motores de combustão interna, cuja venda é efetuada a diversas indústrias e ramos de atividades, tais como montadoras (automóveis, caminhões, tratores etc.), mercado de peças de reposição, indústria de motores para aviação, estacionários e outros.	A MAHLE Metal Leve S.A. (“Companhia”) tem como atividade preponderante a pesquisa, o desenvolvimento, a fabricação e a comercialização, no país e no exterior, de peças e acessórios para motores de combustão interna, cuja venda é efetuada a diversas indústrias e ramos de atividades, tais como montadoras (automóveis, caminhões, tratores, etc.), mercado de peças de reposição, indústria de motores para aviação, estacionários e outros.	Não houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisados.
Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas da CVM. As demonstrações financeiras estão apresentadas com observância do pronunciamento do IBRACON NPC 27 – Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações.	As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as IFRS emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da controladora, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC adotados no Brasil e aprovados pelo CFC e pela CVM.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.

Continua.

Continuação.

Mensuração	Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual é inferior aos valores de reposição ou de realização.	Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual é inferior aos valores de reposição ou de realização.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Abrangência	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas, Materiais auxiliares, Importações em andamento, Provisão para perdas nos estoques	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas, Materiais auxiliares, Importações em andamento, Provisão para perdas nos estoques	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	Não cita.	Não cita.	
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Os valores justos de ativos identificáveis, tais como os estoques serão de R\$9.504, líquidos de impostos.	Não há informação se o valor é líquido do custo de venda, somente consta que é líquido de impostos.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 10 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia METAL LEVE S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia METAL LEVE S.A.

APÊNDICE G - COMPANHIA METALFRIO SOLUTIONS S.A.

A Metalfrio Solutions S.A. (“Companhia”) foi constituída em 3 de dezembro de 2001 e as suas atividades operacionais foram iniciadas em 1º de janeiro de 2002.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	Tendo como objetivo a fabricação, a importação e a comercialização, no país e no exterior, de refrigeradores e freezers domésticos e comerciais.	Tendo como objetivo a fabricação, a importação e a comercialização, no país e no exterior, de refrigeradores e freezers domésticos e comerciais.	Não houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisados.
Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM.	As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo CPCs. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.
Mensuração	Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, e deduzidos, quando aplicável de provisão para o valor de realização.	Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Abrangência	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas e componentes, Materiais auxiliares e outros, Importações em andamento, Provisão para perdas nos estoques	Produto Acabados, Produto em elaboração, Matérias – Primas, Materiais Auxiliares, Importação em andamento, Provisão para perda no estoque	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige

Continua.

Continuação.

Forma e critério de valoração	Não cita.	O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração , o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 11 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia METALFRIO SOLUTIONS S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia METALFRIO SOLUTIONS S.A.

APÊNDICE H - COMPANHIA ROMI S.A.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	A Indústrias Romi S.A. (“Companhia” ou “controladora”) tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros	A Indústrias Romi S.A. (“Companhia”), listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 23 de março de 2007, tem por objeto a produção e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados a produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.	Não houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisados.

Continua.

Continuação.

Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM.	As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09; As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS emitidas IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.	Convergência as normas internacionais, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.
Mensuração	Os estoques estão demonstrados pelo custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição.	Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.	Em 2010 a empresa quanto a apresentação dos estoques está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige, porém a maneira como a Companhia custeia os estoques utilizando o método de custeio por absorção é devido ao fato de haver produtos que serão classificados como produtos em elaboração.
Abrangência	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matéria-prima e componentes, Importações em andamento, Provisão para realização dos estoques	Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matéria-prima e componentes, Importações em andamento, Provisão para realização dos estoques	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	As importações em andamento são registradas ao custo acumulado de cada importação.	Não cita.	Em 2007 havia apenas a informação das importações em andamento e no ano de 2010 não citação a nenhuma forma ou critério de valoração do estoque.

Continua.

Continuação.

Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 12 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia ROMI S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia ROMI S.A.

APÊNDICE I – COMPANHIA VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”) atua no Brasil desde 1993, quando American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	A American Banknote S.A. (ABnote), a Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.	Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”) atual American Banknote Corporation. A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.	Não houve alteração na atividade desenvolvida nos períodos analisados.
Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e nas normas da CVM.	As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.
Mensuração	São avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, não excedendo os seus custos de reposição ou valores de mercado, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.	Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.	Em 2010 a empresa está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige

Continua.

Continuação.

Abrangência	Produtos em processo, Matérias-primas, Peças e materiais de reposição, Produtos para revenda, Adiantamentos a fornecedores	Produtos em processo, Matérias-primas, Peças e materiais de reposição, Produtos para revenda, Adiantamentos a fornecedores	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	Não cita.	Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Quadro 13 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.

APÊNDICE J – COMPANHIA WEG S.A.

A WEG S.A. (a “Companhia”) é uma companhia aberta com sede em Jaraguá do Sul - SC, Brasil, empresa holding integrante do Grupo WEG

ASPECTO	ANO DE 2007	ANO DE 2010	SÍNTESE
Atividade Desenvolvida	<p>A WEG S.A., e suas controladas têm por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos; - a prestação de serviços, consultoria, controle, assistência técnica administração de bens; - a produção, industrialização, comércio, exportação e importação de: sistemas industriais, eletromecânicos e eletrônicos, máquinas elétricas girantes, máquinas e equipamentos em geral, aparelhos para produção, distribuição e conversão de energia elétrica, material elétrico, controladores programáveis, partes e componentes de máquinas, aparelhos e equipamentos em geral; turbinas hidráulicas de todos os tipos, capacidades e reguladores de velocidade; e resinas em geral, materiais tintoriais, substâncias e produtos de origem vegetal e química destinados à indústria e a ciência; - a construção de usinas hidroelétricas e equipamentos industriais; - o comércio, exportação, importação, extração e industrialização de produtos e serviços de silvicultura, agricultura, pecuária, pesquisa e lavra de jazidas minerais. 	<p>A WEG S.A. (a “Companhia”) tem como objeto social a produção, industrialização, comercialização, exportação e importação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sistemas industriais, eletromecânicos e eletrônicos, máquinas elétricas girantes, máquinas e equipamentos em geral, aparelhos para produção, distribuição e conversão de energia elétrica, material elétrico, controladores programáveis, partes e componentes de máquinas, aparelhos e equipamentos em geral, turbinas hidráulicas de todos os tipos e capacidades, e - resinas em geral, materiais tintoriais, substâncias e produtos de origem vegetal e química. 	<p>Do ano de 2007 para o ano de 2010 houve uma alteração no objeto social da Companhia, onde a essa deixou de ter participações em outras sociedades, de prestar serviços, consultorias, controle, e assistência técnica administração de bens, de construir usinas hidroelétricas e equipamentos industriais, e de comercializar, exportar, importar, extrair e industrializar os produtos e serviços de silvicultura, agricultura, pecuária, pesquisa e lavra de jazidas minerais.</p>

Continua.

Continuação.

Órgãos Reguladores	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e procedimentos da CVM e do IBRACON.	As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras individuais (Controladora) foram preparadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas em conjunto com as demonstrações consolidadas.	Convergência as normas internacionais e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.
Mensuração	Valorizados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos de impostos recuperados e não superam os preços de mercado	Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou preço médio de aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada	Em 2010 a empresa quanto a apresentação dos estoques está de acordo com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige, porém a maneira como a Companhia custeia os estoques não esta de acordo com o CPC 16(R1) – estoque, pois o método de custeio utilizado é a absorção.
Abrangência	Mercado Interno - Produtos Acabados, Produtos em Elaboração, Matérias-primas e Outros e Provisão para Perdas. Mercado Externo - Produtos Acabados, Produtos em Elaboração, Matérias-primas e Outros e Provisão para Perdas	Mercado Interno - Produtos Acabados, Produtos em Elaboração, Matérias-primas e Outros, Importações em andamento e Provisão para obsolescência. Mercado Externo - Produtos Acabados, Produtos em Elaboração, Matérias-primas e Outros, Importações em andamento e Provisão para obsolescência	Corresponde com o que o CPC 16 (R1) - estoque exige
Forma e critério de valoração	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Escrituração pelo valor justo menos custos de venda	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
Reconhecimento de estoque como despesa	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.

Continuação.

Estoques como penhor de garantia	Não cita.	Não cita.	Não consta a informação nas notas explicativas.
----------------------------------	-----------	-----------	---

Quadro 14 – Apresentação e comparação de aspectos relacionados ao estoque nos anos de 2007 e 2010 da Companhia WEG S.A.

Fonte: Da autora, elaborado a partir das notas explicativas dos anos de 2007 e 2010 da Companhia WEG S.A.